



AGREGUE

RESUMO PÚBLICO
Plano de Manejo Florestal



AGREGUE

Resumo Público do Plano de Manejo Florestal

2022-2023/ 2ª Edição.





1. A AGREGUE

A **AGREGUE INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTES DE MADEIRA-EIRELI-ME** é uma empresa que atua no setor florestal amapaense desde 2018, com exploração, transporte, processamento e comércio de madeira nativas da Amazônia. No Estado, executa um plano de manejo florestal no Município de Laranjal do Jari-AP e em 2022 inaugurou mais uma indústria de processamento de madeira. Possui um escritório técnico e administrativo em Laranjal do Jari/PA possuindo uma equipe especializada para dar suporte a execução do Plano de Manejo Florestal Sustentável. Considerando todo o investimento, em 2022/2023 a **AGREGUE** elevou o número de mão-de-obra direta contratada na região para aproximadamente 435 trabalhadores, além de estimular o crescimento econômico da região com os benefícios diretos e indiretos que são gerados pelo negócio, como aquisição de produtos e serviços.

Missão

Ter um produto obstinado em prever, atender e desenvolver colaboradores, comunidades, fornecedores, clientes e consumidores de forma que todo ciclo produtivo traga valores agregados.

Valores

- Honestidade
- Respeito
- Dedicação e obediência a todos as Leis que regem nosso País.

Visão

Ser um seguimento líder e de excelência, para que nossa empresa seja um modelo inspirador para todos, obedecendo as boas práticas de Manejo em florestas tropicais.





2. OBJETIVO GERAL

O objetivo deste plano, é orientar a produção florestal dentro do conceito sustentável, de forma a assegurar o aproveitamento dos recursos, aumentar a rentabilidade da atividade garantindo a viabilidade econômica a longo prazo do projeto, reduzir o impacto da exploração, diminuir os riscos de trabalho e promover o equilíbrio social, dentro das normas legais existentes.

Objetivos Específicos:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Extração de madeira nativa e subprodutos da floresta de forma que garanta a sustentabilidade e a perpetuidade da produção florestal ao longo dos ciclos de corte com a máxima eficácia, eficiência e segurança;▪ Efetuar uma operação de baixo impacto ambiental para garantir que os serviços florestais (qualidade da água, conservação de solo, conservação de fauna, manejo de paisagens) estejam assegurados;▪ Fornecer madeira em tora para comercialização e principalmente para produção de serrado bruto (tábuas, vigas, vigota, caibros, dormentes, blocos, pranchas, pranchões, sarrafos e ripas) e peças de madeira.▪ Proteger e conservar a floresta a longo prazo;▪ Participar do desenvolvimento social e econômico local;▪ Gerar empregos locais;▪ Valorizar localmente os produtos, seja eles madeireiros e não madeireiros;▪ Evitar desperdícios, aproveitando resíduos advindos da exploração e da abertura de pátios e estradas;▪ Otimizar e maximizar a capacidade produtiva do ecossistema florestal visando garantir o abastecimento das unidades industriais da empresa com baixo custo operacional; | <ul style="list-style-type: none">▪ Reduzir os danos a floresta remanescente durante a exploração floresta por meio de técnicas de exploração de impacto reduzido;▪ Adotar sistema silvicultural adequado;▪ Acompanhar a dinâmica de crescimento e recuperação da floresta, objeto do manejo, por meio do sistema de parcelas permanentes e promover a regeneração natural;▪ Garantir o bom andamento das atividades, através do monitoramento e controle das atividades de manejo florestal sustentável;▪ Implantar sistemas de gestão e desempenho de qualidade socioambiental;▪ Implantar sistema de Cadeia de Custódia que permita a identificação individual da origem de cada tora produzida no PMFS em qualquer etapa desde a floresta até o processamento;▪ Apoiar e participar em projetos de pesquisa;▪ Obter certificação de origem e de gestão florestal sustentável;▪ Desenvolver e assegurar os mercados já existentes com produtos madeireiros e não madeireiros (resinas, óleos, sementes, frutos etc.), de origem sustentável.▪ Maximizar os recursos da área de manejo através do uso múltiplo da floresta. |
|--|--|

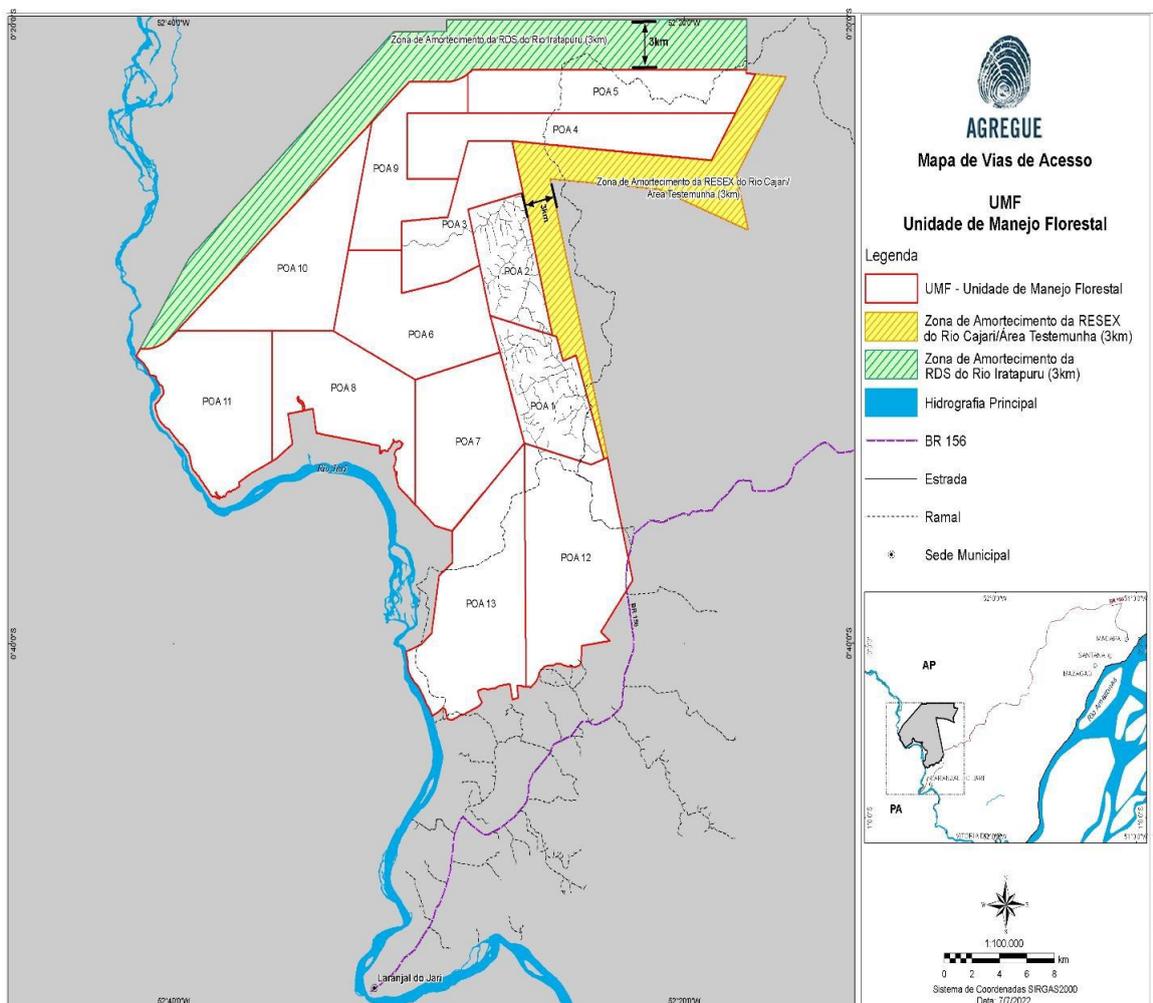




AGREGUE

3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL

A Unidade de Manejo Florestal (UMF) está localizada no Município de Laranjal do Jari-AP, porção Sul do Estado do Amapá, na margem esquerda do Rio Jari, divisa com o Estado do Pará, entre os paralelos $0^{\circ} 11' 53''$ S e $0^{\circ} 58' 27''$ S e meridianos $51^{\circ} 59' 55''$ W e $52^{\circ} 41' 30''$ W. A área manejada é parte integrante do Imóvel denominado Santo Antônio da Cachoeira, compreendendo 96.624,21 ha (escopo definido para a certificação florestal). O acesso a UMF é realizado pela Rodovia Federal BR-156, distante cerca de 239 km partindo da capital Macapá-AP; ou cerca de km 31 partindo da cidade de Laranjal do Jari-AP.



Mapa de Localização da UMF da AGREGUE, em Laranjal do Jari/AP.





4. INFORMAÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE

A UMF localiza-se nas Glebas Santo Antônio da Cachoeira, de propriedade da empresa Jari Celulose S.A, empresa do mesmo Grupo Empresarial (Grupo Jari). Para realizar o manejo na referida propriedade a Jari Florestal S/A possui um contrato de arrendamento/comodato com a AGREGUE Indústria, Comercio e Transportes de madeiras -Eireli-ME. Conforme certidão de inteiro teor, a propriedade encontra-se registrada no Cartório de Imóvel de Laranjal do Jari, Matrícula e título de reconhecimento de domínio emitido pelo Instituto de Terras do Estado do Amapá.

5. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE.

Clima

O clima equatorial quente e úmido, característico região das regiões amazônicas e do Vale Jari, apresenta duas estações climáticas bem definidas; uma chuvosa, de janeiro a julho, e outra relativamente seca, de agosto a dezembro. A temperatura permanece estável durante todo o ano, situando-se na média mensal de 25,5 a 27,4°C. A classificação climática da área do PMFS da AGREGUE Industria, no Amapá de acordo com Köppen é a Am que se caracteriza por clima quente e úmido, monçônico, com curta estação seca e predominantemente úmido. A média de precipitação pluviométrica anual da região do Jari é de 2.115 mm.

Geomorfologia

Os sedimentos encontrados na bacia do rio Jarí pertencem aos três principais períodos geológicos que formam a bacia Amazônica:

- O Paleozoico, representado pela Formação Trombetas (Ordoviciano-Siluriano) e pela Formação Curuá (Devoniano Superior e Carbonífero Inferior);
- O Mesozoico, representado pela Formação Alter do Chão (Cretáceo Superior);
- O Quaternário (Pleistoceno ao Recente). Os sedimentos paleozoicos da bacia





do Amazonas ocorrem superpostos às rochas do Complexo Guianense. Foram formados pela deposição de sedimentos marinhos durante diversas fases de transgressões e regressões que ocorrem do Siluriano ao Carbonífero Inferior. Estes terrenos são rochas areníticas horizontalmente estratificadas, com intrusões de diabásico, que afloram ocasionalmente na altura do médio Jari, no Planalto de Maracanaquara (Coutinho & Pires, 1996). No Jari, estes são os sedimentos mais antigos e fazem parte da Formação Trombetas (Período Ordo-Siluriano).

Hidrografia

O rio Jari, delimitador geográfico da fronteira dos estados do Amapá e Pará, com 845 km de extensão possui uma bacia contribuinte de aproximadamente 57.961 Km². Sua nascente está situada na serra do Tumucumaque, na fronteira do Brasil com o Suriname. Seus principais afluentes são os rios Ipitinga, Carecuru, Curapi, Culari, Cuc, Mapari, Icouara, Noucuru, Iratapuru e os igarapés Paruzinho, Pinheiro e Ximim-Ximim. Entre estes principais afluentes destacam-se os descritos abaixo. O rio Iratapuru, afluente da margem esquerda hidrográfica do Jari, desenvolve o seu traçado no sentido Norte/Sul, com cerca de 180 km. Ocupa uma área de 4.761 km². O rio Noucuru, com direção Norte/Sul no seu curso de 100 km, ocupa uma área de 2.025 km². O rio Mapari, predominantemente, com 225 km de extensão, ocupa uma área de 4.559 km². O rio Cuc, com direção NE/SW, com 75 km de extensão, ocupando uma área de 4.790 km², correspondente a 13,90% do espaço dos cursos d'água, na margem esquerda. É um dos mais importantes pela grande afluência de garimpeiros, em épocas passadas. O rio Culari, tem em torno de 70 km de extensão, recobrando uma área de 3.000 km². O mesmo rio possui uma extensão de 87 km, aproximadamente, o equivalente a uma área de 1.000 km². O Igarapé Ximim-Ximim, de direção NW/SE, com 75 km de extensão e uma área de 1.050 km².





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO

Plano de Manejo Florestal

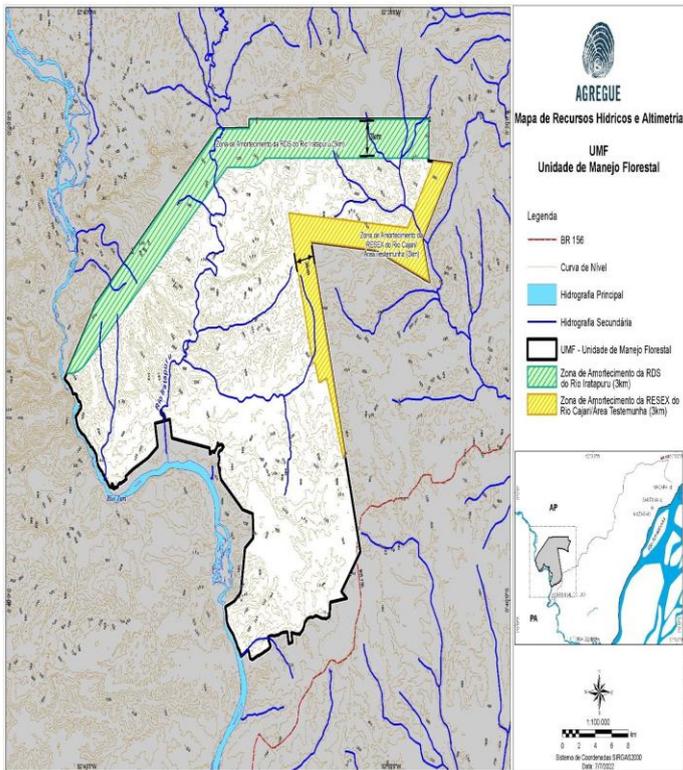


Figura 1 . Recursos Hídricos. Fonte: Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jari (PA/AP): Estudos de Inventário Hidroelétrico, EPE & Hydros Engenharia, 2010.

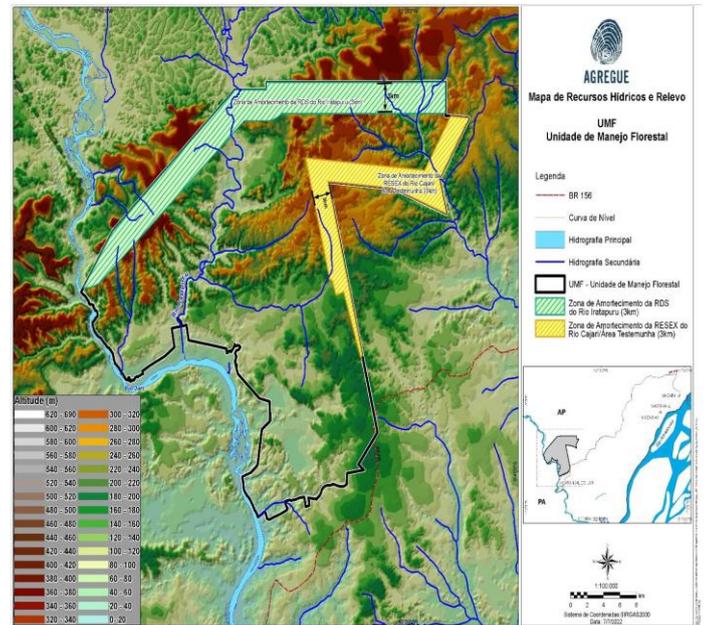


Figura 2. Recursos hídricos/Relevo

Vegetação

Na área do presente Plano de Manejo Florestal, no Amapá podem ser encontrados três diferentes tipos de formações desse tipo de vegetação: Florestal Ombrófila Densa Aluvial, Submontana e de Terras Baixas. Além das florestas ombrófilas densas são encontradas também outras tipologias florestais características da região, como por exemplo: savana estacional arborizada e formações pioneiras com influência fluvial.

A Floresta Ombrófila Densa Aluvial As formações aluviais variam topograficamente e apresenta sempre os ambientes repetitivos, dentro dos terraços aluviais dos flúvios. Trata-se de formações ribeirinha ou floresta ciliar que ocorre ao longo dos cursos de água ocupando os terrenos antigos das planícies quartanárias. Esta formação é constituída por macro, meso e microfanerófitos de rápido crescimento, em geral de casca lisa, com o tronco cônico e, por vezes, com a forma característica de botija e raízes tabulares. Apresenta com frequência um dossel emergente uniforme. É uma formação com muitas palmeiras no estrato dominado e na submata, e nesta ocorrem nanofanerófitos e alguns caméfitos no meio de plântulas da densa reconstituição natural do estrato dominante.





A Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas Esse tipo de formação florestal está situada apenas entre os 4° de latitude N e os 16° latitude S, a partir dos 5m até os 100m acima do mar; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 5m até 50m; de 24° de latitude S a 32° de latitude S de 5m até 30m. É uma formação que em geral ocupa as planícies costeiras, capeadas por tabuleiros pliopleistocênicos do Grupo Barreiras. Ocorre desde a Amazônia, estendendo-se por todo o Nordeste até proximidades do rio São João, no Estado do Rio de Janeiro.

A Floresta Ombrófila Densa Submontana Formação florestal situada nas encostas dos planaltos e/ou serras entre os 4° de latitude N e os 16° de latitude de S a partir dos 100m até 600m; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 50m até 500m; de 24° de latitude S a 32° de latitude S de 30m até 400m. A dissecação do relevo montanhoso e dos planaltos com solos medianamente profundos é ocupado por uma formação florestal que apresenta fanerófitos com altura aproximadamente uniforme. A submata é integrada por plântulas de regeneração natural, poucos nanofanerófitos e caméfitos, além da presença de palmeiras de pequeno porte e lianas herbáceas em maior quantidade. Suas principais características são os fanerófitos de alto porte, alguns ultrapassando os 50m na Amazônia e raramente os 30m nas outras partes do Brasil.

Fauna



Sobre a fauna, destaca-se o relatório de “Projeto Básico Ambiental” (1987), relatando os primeiros estudos para implantação de usina hidrelétrica, próxima a região da Cachoeira de Santo Antônio (PA-AP). Em relação aos mamíferos, até o momento foram identificados cerca de 60 espécies, 48 gêneros, 21 famílias e 7 ordens diferentes de mamíferos não voadores na Região do Vale do Jari (o que corresponde a 11% do número total de espécies identificado em território brasileiro). Em relação aos mamíferos de pequeno porte (não voadores) destaca-se na Região do Vale do Jari, principalmente, a abundância de espécies de marsupiais e roedores. Muitas espécies de mamíferos de grande porte também ocorrem





na região, principalmente das ordens Primata e Carnívora. De modo geral, os mamíferos de maior ocorrência na região são: mucuras, tamanduás (tamanduá-bandeira e tamanduá-mirim), preguiças, tatus, macacos (prego, voador, mico de cheiro, guariba), onças (pintada, suçuarana), jaguatiricas, gatos-do-mato, iraras, guaxinins, coatis, queixadas, veados, antas, pacas, cotias, capivaras, ouriços e pelo menos 12 espécies diferentes de ratos.

Na Região do Vale do Jari já foram identificadas mais de 120 espécies de anfíbios e répteis terrestres, sendo que os anuros correspondem a cerca de 60%, seguidos pelas serpentes (20%) e lagartos representando cerca de 20% das espécies identificadas. Foram identificadas também cerca de 10 espécies de quelônios e jacarés.

Entre os quelônios, a família Chelidae teve o maior número de espécies registradas, tendo as demais de menor contribuição para a riqueza e composição de espécies deste grupo de animais. Para os jacarés apenas uma família ocorre no Brasil, sendo duas espécies do gênero *Paleosuchus* registradas na área da bacia hidrográfica do Rio Jari. (EIA RIMA – UHE Santo Antônio)



Ao todo, já foram identificados em literaturas e outros trabalhos e levantamentos da avifauna, mais de 500 espécies de aves para a região do Vale do Jari. Foram registradas também, mais de 30 espécies que realizam migrações austrais, boreais, além de movimentos sazonais ainda não bem conhecidos. Setenta e cinco espécies de aves registradas são agrupadas em categorias cinegéticas e/ou xerimbabos. (EIA RIMA – UHE Santo Antônio) Destas, apenas uma espécie encontra-se classificada como ameaçada de extinção, *Aratinga pinto*, na lista de espécies ameaçada de extinção do Estado do Pará (Aleixo, 2006).





6. MEIO SOCIOECONÔMICO.

A UMF encontra-se inserida em uma região que agrega três núcleos urbanos: as cidades amapaenses de Laranjal do Jari e Vitória do Jari; e o Distrito de Monte Dourado, Estado do Pará. O desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jari é resultado dos empreendimentos industriais e minerais, pecuária, agricultura e extrativismo florestal, com destaque para o Projeto Jari. Em termos econômicos, os municípios têm sua economia baseada nas atividades extrativistas, vegetal e mineral, e no setor de serviços. No quadro abaixo são apresentados os principais indicadores socioeconômicos nas regiões de atuação.

Aspecto	Laranjal do Jari-AP	Vitória do Jari-AP	Almeirim-PA
Área territorial	30.782,998 km ²	2.508,979 km ²	72.954,798 km ²
N. Habitante (2022)	35.114	11.291	34.280
Economia (2021)	Indústria primária, extrativismo florestal (castanha e madeira), cultivo de espécies exóticas (eucalipto) e	Indústria primária, extrativismo florestal (castanha e madeira), cultivo de espécies exóticas (eucalipto) e	Pecuária bovina, pesca, Indústria primária, extrativismo florestal (madeira), cultivo de espécies
Salário médio mensal (2021)	3 salários-mínimos	3 salários-mínimos	3 salários-mínimos
IDH (2010)	0,665	0,619	0,642
PIB Per capita (2020)	R\$ 20.142,52	R\$ 13.794,34	R\$ 18.417,18
Taxa de mortalidade infantil (2020)	27,17 óbitos por 1.000 nascidos vivos	7,58 óbitos por 1.000 nascidos vivos	19,26 óbitos por 1.000 nascidos vivos
Taxa de escolarização (6 a 14 anos) (2010)	97,6%	97,1%	95,8%

1) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IBGE).

2) Produto Interno Bruto: É o valor adicionado das principais atividades econômicas (IBGE).

7. USO DO SOLO

GLEBA SANTO ANTÔNIO

- Município: Laranjal do Jari – AP;
- Área: 201.467.3638 ha (Duzentos e um mil quatrocentos e sessenta e sete hectares, trinta e seis ares e trinta e oito centiares);
- Perímetro: 337.095,794 m;





- Limites e suas coordenadas Planas UTM DATUM SIRGAS 2000- 52°30'00''w e 00°27'05''s;
- Localização: Ao Norte: com terras devolutas; Ao Sul: com terras da Jari Celulose; Ao Leste: com a reserva extrativista do Cajari; e a oeste: Rio Jari.
- Manejo Florestal Sustentável de uso Múltiplo.

TIPOS DE ÁREAS	ÁREA HA	ÁREA %
Áreas destinadas ao manejo florestal.	96.624,21	47,96
Áreas não produtivas ou destinadas a outros usos.	79280,94	39,35
Área de reserva legal não utilizada para manejo	25.562,214	12,69
Áreas de preservação permanente - APP		
Área de Reserva Absoluta		
Área de reserva legal.	161173,891	80,00
Área total da propriedade.	201.467,364	100

8. GESTÃO FLORESTAL.

8.1 Execução do Manejo Florestal.

Cumprimento dos requisitos legais.

O PMFS executado pela **AGREGUE** é aprovado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá. Cumpre todos os requisitos legais estabelecidos pela legislação nacional, convenções, acordos e tratados internacionais. Autorização Prévia a Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal (APAT), foi aprovado pela SEMA em 2018, conforme parecer técnico 234/2018.

O sistema silvicultural que aplicado na área deste PMFS é o policíclico, com um ciclo de 35 anos, considerando uma área que será efetivamente manejada de 96.624,21 hectares, onde está previsto a implantação de 13 unidades de produção anual (UPAs).

Ressalta-se que o monitoramento da floresta através da instalação e medição das parcelas permanente irão subsidiar o conhecimento do real valor da produtividade da floresta manejada, dando suporte para a revisão deste ciclo de corte inicialmente proposto.





AGREGUE

Quantificação das UPA'S

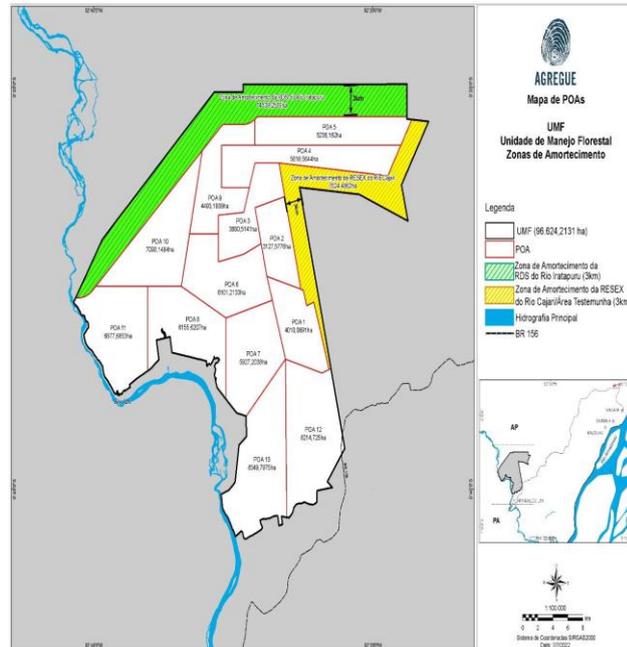


Figura 3. Mapas das Upas da UMF da AGREGUE

Fases da execução do PMFS.

O Plano de Manejo Florestal Sustentável executado pela AGREGUE segue as determinações técnicas e legais, aplicando técnicas de exploração florestal baseada na metodologia de impacto reduzido sobre a florestal. A seguir são apresentadas as fases de execução do PMFS.



- Macronozeamento
- Delimitação das UPAs
- Treinamento de pessoal
- Inventário florestal
- Microzoneamento
- Instalação de parcelas permanentes
- Planejamento de estradas, trilhas e pátios
- Aprovação do POA



- Construção de trilhas de erraste, pátios e estradas
- Derruba de árvore
- Arraste de toras
- Traçamento de toras
- Transporte da madeira



- Avaliação de danos ambientais
- Tratamentos silviculturais pós-colheita
- Monitoramento de impactos ambientais e sociais
- Monitoramento de fauna
- Monitoramento de parcelas permanentes





AGREGUE

Ilustração de algumas etapas das operações florestais:



Abertura de estrada



Abate de árvore



Traçamento da tora



Arraste de toras

Taxa anual de exploração

O volume comercial das árvores derrubadas para o aproveitamento, será estimado por meio de equações volumétricas previstas no PMFS e com base nos dados do inventário 100%, expresso em metros cúbicos por hectare por unidade de área de efetiva exploração. Para a UPA 3 fica estabelecido uma intensidade de corte de 17,19 m³/ha/ano.

Equipamentos utilizados nas operações florestais:

Operação	Máquinas /Equipamentos	Quantidade
Construção de estradas, de pátios de estocagem, pontes e bueiros e manutenção de infraestrutura	Trator de esteira	2
Arraste e empilhamento de toras	Trator florestal	6
Abaulamento de estradas e Manutenção de estradas	Patrol	1
Carregamento e empilhamento de tora	Carregadeira	6





Corte de árvores; Traçamento de toras; Traçamento de destopos; Traçamento de resíduos.	Motosserras	35
Transporte de toras.	Caminhão	12

Sistema de Parcelas Permanentes de Inventário Contínuo (SPPIC).

Instrumento usado para monitorar a dinâmica de florestas manejadas em relação à composição, crescimento, recrutamento de novas plantas e mortalidade ao longo do tempo. As parcelas permanentes estão estabelecidas:

- a) em áreas produtivas, cujo planejamento deverá ser realizado em conjunto com o planejamento das estradas e pátios e com o auxílio do mapa de planejamento da exploração que contém o micro zoneamento, e;
- b) na área de reserva absoluta, para conhecer o comportamento da floresta não explorada, de forma a permitir comparações entre os diferentes tipos de uso do solo.

Reserva Absoluta

A área da propriedade é de 201.467,3683 hectares, sendo 96,624.21 hectares representando apenas 47,9 % da propriedade destinados ao manejo. De acordo com a Lei 11.284 de 02 março de 2006, a área Reserva Absoluta corresponde a 5% da área de manejo. Ver mapa. O PMFS deverá apresentar área geograficamente delimitada destinada à reserva absoluta, representativa dos ecossistemas florestais manejados, equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total da área concedida para conservação da biodiversidade e avaliação e monitoramento dos impactos do manejo florestal, que corresponde a 7.596,07 hectares.

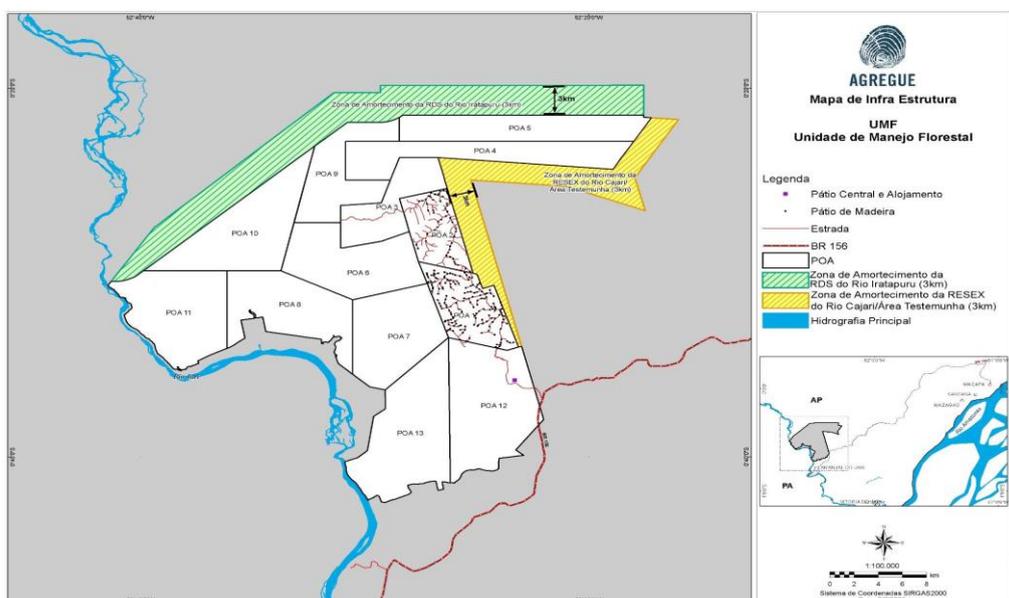


Fig. 04 . Mapa da Reserva Absoluta da UMF da AGREGUE.





Cadeia de Custódia da Floresta.

O Código de custódia da AGREGUE é formado pelas informações concatenadas de UT, U.C e Número da árvore. A classificação da tora é iniciada na derruba, seguido pelo traçamento com a especificação do código de tora e posteriormente é realizado o arraste onde realiza-se romaneio.

As informações de UT, U.C e Número da Árvore são utilizadas para a localização espacial das áreas de trabalho. As **UT's** são quadrantes, as **UC's** são áreas retangulares de 10 ha (300 m x 350 m).

O **número das árvores** são as informações utilizadas para a localização destas dentro das UT's. As numerações de UT's e UC's foram definidas previamente pelo Setor de Planejamento da AGREGUE. A identificação do número das árvores é registrada no (inventário 100 %) seguindo uma numeração seqüencial no início do inventário em cada Unidade de Produção Anual (UPA).

O **Código de tora** indica a ordem de traçamento da tora na árvore. A primeira tora a ser traçada (na base da árvore) é chamada de tora A, a segunda tora de tora B e assim por diante. Assim além de sabermos a localização da árvore (através da UT, UC's e Numero da Árvore) temos como identificar qual a ordem de seccionamento efetuado no traçamento



Figura 05. Procedimento de controle da origem da madeira

A **rastreabilidade da madeira** inicia no inventário florestal, quando todas as árvores recebem uma plaqueta de identificação. Após o abate, a plaqueta é colocada no toco da árvore permitindo refazer em qualquer momento a sua origem. No traçamento é colocada uma nova plaqueta de identificação da tora, sendo uma nova numeração para cada secção de tora. Estas plaquetas servem de link entre as toras e as árvores inventariadas. Essas informações constarão na ficha de controle e monitoramento que acompanhará o mapa de corte e arraste e, repassada entre os trabalhadores de cada atividade (corte, traçamento, arraste e romaneio), sendo passada para o escritório, onde haverá a sistematização dessas informações. Todas estas informações da cadeia de custódia ficam armazenadas





AGREGUE

no software específico (AGREGUE 1.0), a partir do qual se tem o controle da cadeia de custódia possibilitando o rastreamento do produto florestal desde sua origem até sua venda.



Plaqueamento do tora



Plaqueamento do toco da árvore

9. GESTÃO AMBIENTAL

Salvaguardas Ambientais

a) Cuidados com os ambientais naturais protegidos por lei

- Identificar em campo, mapear e respeitar as faixas de APP ao longo dos cursos dos rios, ao redor de lagos, nascentes e “olhos d’água”.
- Proteger os topos dos morros, montes, montanhas e serras e encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

b) Cuidados com flora nativa e espécies protegidas por lei

- Registrar durante o inventário 100% as espécies protegidas por lei, como a castanheira-do-pará.
- Implementar medidas previstas nos procedimentos de derruba de árvores para evitar danos a castanheira-do-pará e a outras espécies protegidas por lei.
- Registrar durante o inventário os indivíduos que apresentam direção de queda voltada para as árvores da APP;
- As áreas de proteção florestal às margens dos corpos d’água ou em risco de erosão (30-100 m de largura) serão marcadas e protegidas.
- Elaborar procedimentos operacionais e treinar equipe para redução dos danos ao ambiente natural.





- Planejar o arraste das toras para redução dos impactos ambientais;
- Identificar árvores porta-sementes.
- Implementar de medidas de monitoramentos para avaliação de danos ambientais durante a exploração e na fase pós-exploratória.
- Monitoramento da vegetação através de parcelas permanentes e de parcelas temporárias estabelecidas especificamente para esse fim;

c) Cuidados com a fauna silvestre

- Implementação do plano de monitoramento de fauna, como a identificação de ocorrência de espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção, com definição de medidas proteção.
- Treinar os colaboradores sobre os cuidados com a fauna durante as operações florestais, como a presença de ninhos e proibição de captura.
- Manter as árvores ocas, áreas de refúgio no sub bosque, árvores ninho, inclusive as árvores ocas e senis que servem de abrigo natural à fauna local.

10. Atributos de Alto Valor de Conservação

A **AGREGUE** realizou consultas, pesquisas e levantamentos de dados junto as comunidades adjacentes, especialistas e pesquisadores da área ambiental, a fim de identificar a existência de Atributos de Alto Valor para a Conservação na UMF. Para a avaliação, também foi utilizada a base de dados do Projeto de REDD em execução pela Jari Florestal, Fundação Jari e Biofílica. Como resultados foram identificados AAVCs abaixo detalhados.





AVC 1 - Concentrações de diversidade biológica incluindo espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção, significativas em nível global, regional ou nacional.

Atributo Identificado

Fauna

Mamíferos - onça-pintada (*Panthera onca*), tatu-canastra (*Prionates maximus*), macaco-aranha (*Ateles paniscus*), veado-mateiro (*Mazama americana*);

Aves - o mutum-poranga (*Crax alector*), a pomba-botafogo (*Patagioenas subvinacea*), o tucano-de-papo-branco (*Ramphastos tucanus*) e o tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitellinus*).

Flora

Mezilaurus navalium (Itaúba-amarela) e *Vouacapoua americana* (Acapu) e *Bertholletia excelsa* (Castanha-do-pará).

AVC 2 - Ecossistemas e mosaicos de ecossistemas extensos, em nível de paisagem, significativos em nível global, regional ou nacional, contendo populações viáveis da grande maioria das espécies de ocorrência natural em padrões naturais de distribuição e abundância.

Atributo Identificado

Área de Paisagem de Florestas Intactas equivalente a 96,33% da área sob escopo de certificação florestal, conforme Global Forest Watch.

AVC 5 - Áreas e recursos fundamentais para atender necessidades básicas de comunidades locais, populações indígenas ou populações tradicionais (subsistência, alimentação, água, saúde, etc.), identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações.

Atributo identificado

Concentração da espécie *Bertholletia excelsa* (Castanha-do-pará). por prover recurso econômico das comunidades adjacentes

A AGREGUE também definiu as medidas de proteção, as ações de monitoramento e seus indicadores para os AAVC'S identificados, conforme descrito abaixo.

AAVC 01	AVC 01: espécies de fauna e flora ameaçadas e endêmicas.
Potenciais ameaças	<ul style="list-style-type: none">▪ Perda de cobertura florestal devido ao desmatamento;▪ Furto de madeira;





	<ul style="list-style-type: none">▪ Incêndios florestais;▪ Caça e Pesca predatória;▪ Perda de Biodiversidade;▪ Falta de Informação sobre a Importância da Conservação de espécies que fazem parte da Flora e Fauna na Área;▪ Impacto Ambiental de Operações Florestais, caso não realizadas conforme o Planejamento das atividades operacionais.
<i>Medidas de proteção</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Palestras sobre os cuidados ambientais em comunidades adjacentes e aos colaboradores;▪ Sinalização local de proibição a caça e outros usos predatórios dos recursos naturais;

AAVC 01	AVC 01: espécies de fauna e flora ameaçadas e endêmicas.
<i>Medidas de proteção</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar anualmente o monitoramento de danos ambientais das atividades operacionais;▪ Monitoramento de avifauna e mastofauna;▪ Monitoramento de flora afim de avaliar a dinâmica vegetal e estabelecer previsões de regeneração, manutenção ou degeneração da comunidade vegetal.
<i>Monitoramento</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Monitoramento da Flora - análise do Inventário Florestal e dados das parcelas permanentes em cada UPA explorada;▪ Monitoramento de danos ambientais;▪ Monitoramento de Fauna.
<i>Indicadores</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de indivíduos identificados no inventário e sua localização, abundância relativa e absoluta, quantidade de indivíduos colhidos e seu volume (m3).▪ Três indicadores serão utilizados para o monitoramento: aves, mamíferos e <i>Scarabaeinae</i> (besouro rola-bosta).

AAVC 02	AVC 02: Presença de Paisagem de Floresta Intacta, conforme definido na moção 65 do FSC.
<i>Potenciais ameaças</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Avanço da ação antrópica;▪ Desmatamento;▪ Invasão por espécies exógenas;▪ Queimadas;▪ Furto de madeira;▪ Caça predatória.
<i>Medidas de proteção</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Monitorar a cobertura vegetal mensalmente, por imagens de satélite e monitoramento das atividades operacionais, para assegurar a área de IFL dentro dos percentuais estabelecidos (20%);▪ Controle de ações antrópicas por vigilância patrimonial periódica.
<i>Monitoramento</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Monitoramento da Cobertura florestal por imagens de satélite;▪ Monitoramento dos danos ambientais.▪ Vigilância patrimonial;
<i>Indicadores</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Infraestrutura implantada para as operações florestais (estradas, acampamento, pátios)▪ % de danos ambientais ocorridos na exploração.▪ No de ocorrências de atividades ilegais.





AAVC 05	AVC 05: Castanha-do-pará / <i>Bertholletia excelsa</i>, recurso florestal com importância econômica para as comunidades adjacentes
<i>Potenciais ameaças</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ A castanha-do-pará tem experimentado grandes declínios em sua população por causa do desmatamento. Embora os impulsos e as causas sublinhadoras do desmatamento não estejam diretamente ligados à exploração dessa espécie, a perda de cobertura florestal causaria a perda de seu habitat e, portanto, a população diminuiria.▪ Queimadas;▪ Impacto Ambiental de Operações Florestais, caso não realizadas conforme o Planejamento das atividades operacionais;▪ Comprometimento da sustentabilidade ecológica da castanha pela superexploração.
<i>Medidas de proteção</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar curso de boas práticas de manejo da castanha-do-Pará aos coletores de castanha;▪ Elaborar plano de manejo simplificado;▪ Treinar a equipe de exploração para aplicação dos procedimentos operacionais para evitar impactos negativos à espécie <i>Bertholletia excelsa</i>.▪ Realizar o monitoramento da produtividade e comercialização das castanha-do-Pará;▪ Realizar o mapeamento participativo georreferenciado as áreas de coleta da castanha dentro da UMF.
<i>Monitoramento</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Monitoramento da produtividade e comercialização das castanha-do-Pará;▪ Monitoramento da Flora - análise do Inventário Florestal e dados das parcelas permanentes em cada UPA explorada.▪ Monitoramento de danos ambientais das Operações (Castanha).
<i>Indicadores</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de indivíduos identificados no inventário e sua localização, abundância relativa e absoluta, quantidade de indivíduos colhidos e seu volume (m3).▪ Procedimento de Monitoramento de da danos ambientais. (Derruba)- Castanha

Plano para Identificação e proteção para espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.

A **AGREGUE** segue o que estabelece a legislação ambiental. No que diz respeito a manutenção de espécies para garantia do índice de raridade, foi garantida a manutenção de pelo menos 10% do número de árvores por espécie, na área de efetiva exploração da UPA, respeitando o limite mínimo de manutenção de três árvores por espécie por 100 ha (cem hectares), que atendam aos critérios de seleção para corte indicado no PMFS. Para as espécies classificadas como vulneráveis a manutenção será de pelo menos, 15% do número de árvores por espécie, na área de efetiva exploração da UPA, e





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO Plano de Manejo Florestal

respeitado o limite mínimo de manutenção de 4 (quatro) árvores por espécie por 100 ha (cem hectares).

As espécies registradas nas UPAs 01,02 e 03 da UMF, foram classificadas quanto ao grau de ameaça de extinção, baseada na "Lista oficial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis" (MMA, 2014), a "Lista Vermelha" da União Internacional para a Conservação da Natureza (2019/2), como resultado da análise florística realizada pela Ambiens Soluções Ambientais e Instituto Federal do Amapá (IFAP), no âmbito do Projeto REDD+.

No Relatório de Monitoramento de Fauna e Flora para Certificação FSC (Ambiens, Julho de 2021) cita-se a presença de espécies ameaçadas de extinção registradas durante o monitoramento, como a onça-pintada (*Panthera onca*) presente nas três listas consultadas, sendo classificada como "Vulnerável (VU)" na lista estadual e nacional e como "Quase ameaçada (NT)" na lista global da IUCN. Outra espécie presente nas três listas é o tatu-canastra (*Priodontes maximus*) classificado como "Vulnerável (VU)" em todas. Já o macaco-aranha (*Ateles paniscus*) está presente apenas na lista global da IUCN como "Vulnerável (VU)". Por fim, o veado-mateiro (*Mazama americana*) foi classificado como "Dados deficientes (DD)" pela lista global da IUCN.

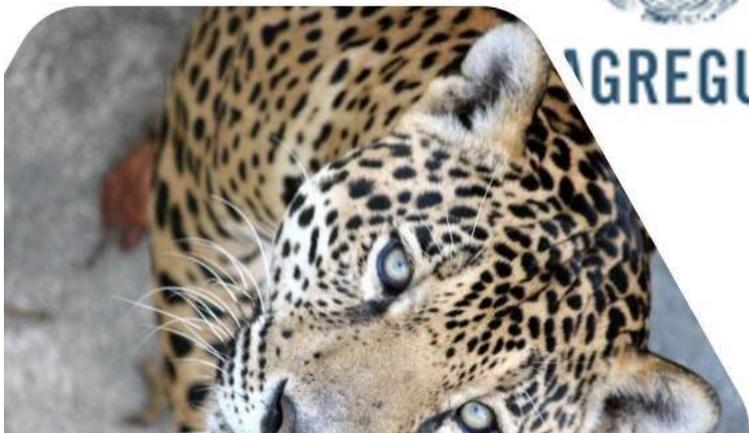
Como medida de proteção, a **AGREGUE**, por meio do Projeto REDD+, apoia a realização de monitoramento da biodiversidade que permita avaliar as respostas de populações e ecossistemas às práticas de conservação e aos impactos de fatores externos, como alterações da paisagem, perda de habitat, bem como mudança climática.





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO
Plano de Manejo Florestal



AGREGUE

PROGRAMA
DE
EDUCAÇÃO
AMBIENTAL
Onça-pintada

Abordagens e temáticas:

- Propor, receber e validar ações para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental, junto a colaboradores e comunidades;
- Divulgar os princípios e práticas da educação ambiental;
- Incentivar a adoção de valores e atitudes que contribuam para a conservação de recursos naturais;
- Divulgar a legislação ambiental;
- Incentivar a coleta seletiva de resíduos;
- Contribuir para o monitoramento fauna, flora e recursos hídricos.
- Divulgar os princípios e práticas da educação ambiental;
- Incentivar práticas sustentáveis nas cadeias produtivas locais;
- Proteção de espécies da fauna raras ou ameaçadas de extinção;
- Promoção de palestras e oficinas;
- Promoção de campanhas de educação ambiental;
- Realização de atividades em datas comemorativas;
- Apoio na implementação de projetos socioambientais





A implantação do PEA é importante para conscientização da sociedade e a conservação dos recursos naturais na região de influência do empreendimento florestal. Além de ser fundamental para fomentar o conceito de manejo florestal madeireiro e promover a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento na região. Cabe ressaltar que para desenvolver suas ações a AGREGUE tem estabelecido parcerias locais e identificado iniciativas de educação e conservação ambiental junto às comunidades do entorno a Unidade de Manejo Florestal.

11. GESTÃO SOCIAL.

Saúde e Segurança Ocupacional

As medidas implementadas para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores e visitantes nas unidades de manejo florestal são:

- Realização dos treinamentos operacionais e de saúde e segurança ocupacional.
- Entrega gratuita de todos os equipamentos de proteção individual e coletivos obrigatórios.
- Implantação do Plano de Salvamento;
- Implantação da brigada contra incêndios florestais;
- Sinalização das situações de risco;
- Manutenção de kit de primeiros socorros;
- Realização de diálogo diário de segurança (DDS);
- Realização de campanhas de prevenção de riscos à saúde;
- Realização de exames admissionais e periódicos;
- Implementação do Plano de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Implementação do Controle Médico e Saúde Ocupacional;
- Cuidados com a higiene e limpeza dos ambientes de vivência;
- Monitoramento periódico das condições e do ambiente de trabalho





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO Plano de Manejo Florestal



Tipos de equipamentos de proteção individual utilizados pelos operadores de motosserra.



Imagens dos treinamentos e integrações realizados no ano de 2023

Comunidades e localidades adjacentes e uso costumários dos recursos naturais.

Não existem famílias vivendo dentro da UMF. De acordo com os resultados do diagnóstico socioeconômico 2021, foram identificadas 05 comunidades tradicionais localizadas nas áreas limítrofes da área de manejo florestal.





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO Plano de Manejo Florestal

Comunidade	Auto-reconhecimento	Localização
São Francisco do Iratapuru	Extrativistas, coletores de castanha-do-pará	Margem esquerda do Rio Jari, foz do Rio Iratapuru, Laranjal do Jari-AP.
Comunidade Santo Antônio da Cachoeira	Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores	Margem esquerda do Rio Jari, Laranjal do Jari-AP.
Comunidade Quilombo São José	Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores	Margem esquerda do Rio Jari, Laranjal do Jari-AP.
Comunidade Vila Padaria	Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores	Margem esquerda do Rio Jari, Laranjal do Jari-AP.
Comunidade Retiro	Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores	Ramal do Retiro
Água Branca do Cajari	Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores	BR-156, km 50, margens do Rio Cajari, Resex Cajari, Laranjal do Jari

Considerando os riscos de impactos gerados pela atividade de transporte, também foram mapeadas às localidades as margens da BR 156, entre o trecho de acesso a UMF e a indústria de processamento da madeira, na margem esquerda do Rio Jari. Uma parte importante dos moradores das comunidades são descendentes dos primeiros ocupantes da região atraídos pelos ciclos econômicos que se instalaram na região, como o extrativismo da borracha e da castanha-do-pará. Desenvolvem atividades baseadas no extrativismo, pesca artesanal e agricultura. Mapeamentos participativos realizados pela AGREGUE e Fundação Jari, constatou-se que as comunidades adjacentes realizam a coleta tradicional da castanha-do-pará dentro da UMF.





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO

Plano de Manejo Florestal

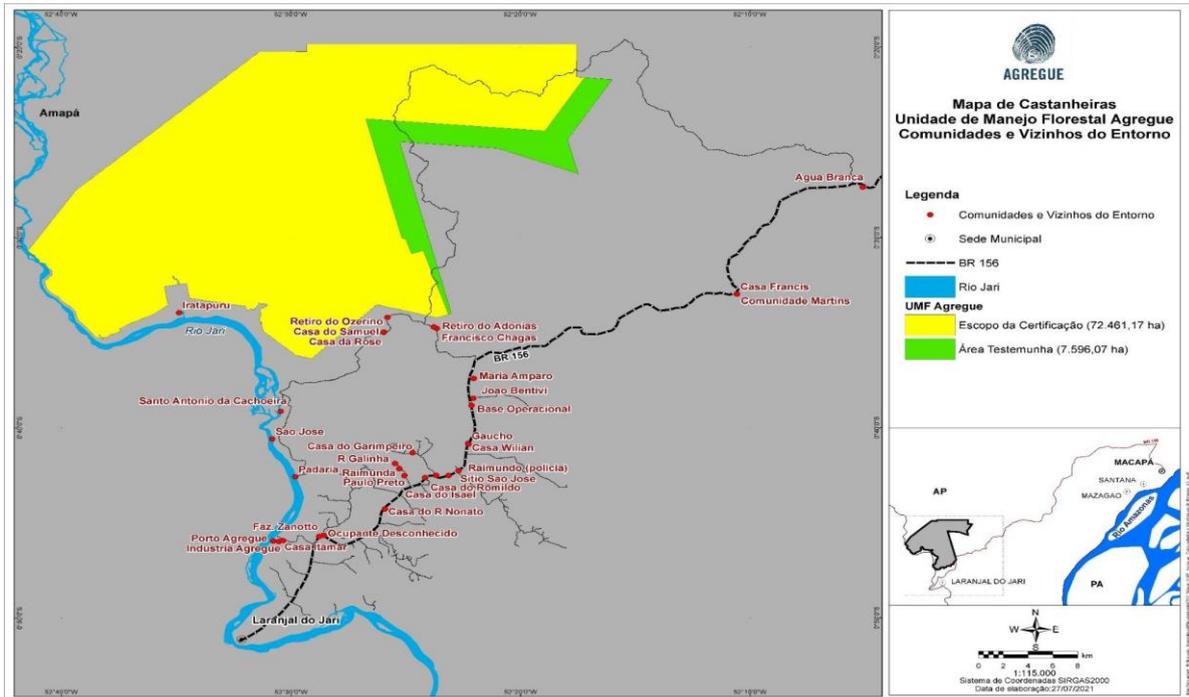


Fig. 06. Mapa de Localização das Comunidades e Localidades. Fonte: AGREGUE 2021.

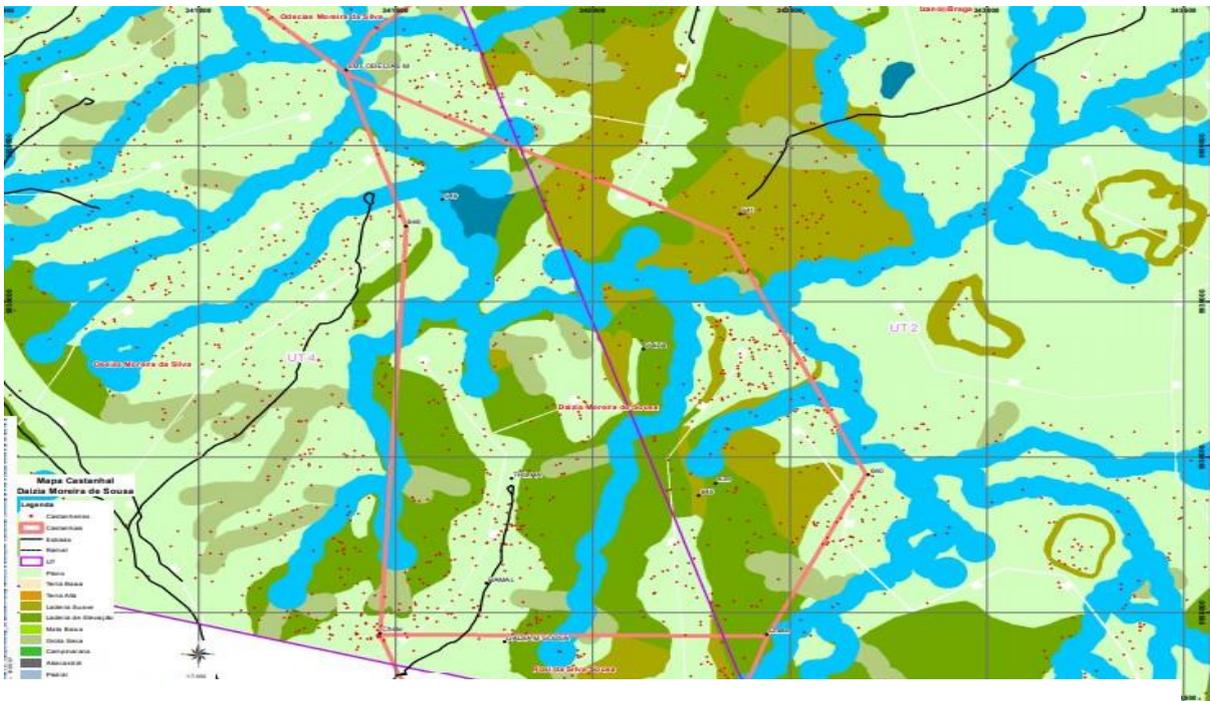


Fig. 07. Mapeamento Participativo dos castanheiras da comunidade Retiro dentro da UMF





AGREGUE



Fig. 08. Equipe técnica da AGREGUE em mapeamento dos coletores de castanha-do-pará na Comunidade Retiro..

Comunicação com as partes interessadas.

Para assegurar o diálogo efetivo junto as partes interessadas ou afetadas pelo seu manejo florestal, a AGREGUE estabeleceu diferentes canais de comunicação e ações de engajamentos socioambientais.

Entre as medidas para assegurar a comunicação, estão:

Público Interno:

- Encontros diários para diálogos de segurança.
- Diálogos sobre condições de trabalho, com aplicação de questionário para identificação de oportunidades de melhorias.
- Diálogo direto com o encarregado imediato ou gerente das operações florestais.
- Caixas de sugestão e reclamação, fixadas na base operacional.
- Contato telefônico com a Área de Recursos Humanos.

Público Externo:

- Visitas técnicas, consultas e reuniões comunitárias.
- Divulgação anual do Resumo Público do Plano de Manejo Florestal;
- Disponibilidade dos seguintes canais de comunicação

Área de Qualidade e Meio Ambiente Contato via celular
e WhatsApp:

(91) 99333-8400

faleconosco@grupoagregue.com.br

<https://agregue.com.br/>





AGREGUE

Todas as demandas e reclamações recebidas são registradas e direcionadas para análise pela Gerência Geral. Em caso de demandas ou solicitações diversas, a avaliação tomará como base a relevância e as condições de atendimento. As reclamações serão analisadas e medidas devem ser implementadas para resolução, em caso de veracidade de ocorrência. A equipe de Qualidade e Meio Ambiente é encarregada pelo monitoramento das ações e devolutiva para as partes interessadas.

12. MONITORAMENTO E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

A avaliação de impactos sociais e ambientais é realizado pela AGREGUE por meio de engajamento direto com as comunidades afetadas por suas atividades do manejo florestal e por consulta aos seus trabalhadores e outras partes interessadas. Para cada impacto, são realizados monitoramentos periódicos com objetivo de avaliar a eficácia e implementar medidas de melhorias, caso necessário.

A área de Qualidade e Meio Ambiente monitora os aspectos e impactos socioambientais, bem como realiza a revisão da matriz de impactos. No Quadro 01 e 02 são apresentados os impactos SOCIAIS e AMBIENTAIS identificados, as medidas de controle e o resultado dos monitoramentos periódicos.



Reunião com a comunidade do Iratapuru



Reunião com a Comunidade São José

Reunião com a comunidade Santo Antonio da Cachoeira



Reunião com a comunidade Padaria



Quadro 01. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Presença dos trabalhadores florestais	Mudança de hábitos e cultura local	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • monitoramento de ocorrência junto as comunidades. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Proliferação de doenças	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • realização de campanha preventiva de saúde e de imunização dos trabalhadores; 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Captura de animais silvestres por trabalhadores florestais	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • implementação de ações preventivas por meio do Programa de Educação Ambiental; • monitoramento de ocorrência junto as comunidades. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Coleta de produtos florestais por trabalhadores florestais não autorizada na UMF e em áreas de uso comunitário	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • implementação de ações preventivas por meio do Programa de Educação Ambiental; • monitoramento de ocorrência pelo EMF e junto as comunidades. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)

Quadro 02. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Presença dos trabalhadores florestais	Mudança de hábitos e cultura local	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • monitoramento de ocorrência junto as comunidades. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Proliferação de doenças	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • realização de campanha preventiva de saúde e de imunização dos trabalhadores; 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Captura de animais silvestres por trabalhadores florestais	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • implementação de ações preventivas por meio do Programa de Educação Ambiental; • monitoramento de ocorrência junto as comunidades. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Coleta de produtos florestais por trabalhadores florestais não autorizada na UMF e em áreas de uso comunitário	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, divulgação e cumprimento do Código de Conduta; • implementação de ações preventivas por meio do Programa de Educação Ambiental; • monitoramento de ocorrência pelo EMF e junto as comunidades. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)

Quadro 03. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Proteção da UMF	Coleta de produtos florestais não autorizada na UMF	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação de procedimentos de vigilância patrimonial; • instalação de sinalização de advertência; • controle de ocorrência e implementação de medidas para evitar reincidências. 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
	Captura de animais silvestres	adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação de procedimentos de vigilância patrimonial; • instalação de sinalização de advertência; • controle de ocorrência e implementação de medidas para evitar reincidências 	Sem ocorrência no período monitorado (2022)
Presença do EMF	Abertura e manutenção de estradas utilizadas pelas comunidades locais	benéfico	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão orçamentária associada as definidas para as operações florestais; • execução da abertura e manutenção de estradas 	Abertura e manutenção de 4 km metros do Ramal do Retiro, viabilizando o escoamento da castanha-do-pará; abertura de 12 km de estradas secundárias utilizadas para a coleta e escoamento da produção.

Quadro 04. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Recrutamento de mão-de-obra	Geração de renda por oportunidade de trabalho	Benéfico	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das oportunidades de trabalho ; • treinamentos e contratação de 80% da mão-de-obra na região de atuação do EMF 	85% do quadro de pessoal (147) contratados na região de atuação do EMF (cidades de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Distrito de Monte Dourado e Comunidades locais.
Aquisição de produtos e serviços	Fortalecimento da economia regional	Benéfico	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de 40% dos produtos e serviços 	100% dos produtos e serviços contratados na região de atuação do EMF, sendo 42% de produtos e 58% de serviços.
Sobreposição da UMF e áreas de uso comunitário	Comprometimento do acesso e uso de recursos essenciais	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento participativo das áreas de uso costumário. • Implementação de medidas operacionais para evitar o comprometimento de acesso e uso; • respeito aos direitos com a formalização do direito de acesso e uso 	<p>Mapeamento participativo realizado nas 06 comunidades com identificação do uso costumário na UMF;</p> <p>Medidas operacionais preventivas implementadas para evitar o comprometimento do acesso e uso (treinamentos operacionais e avaliação de danos);</p> <p>assinatura de termo de autorização de coleta-da- castanha na UMF</p>

Quadro 05. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Ausência de sistema de comunicação nas UMFs	Isolamento na UMF por falta de meios de comunicação	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de meio de comunicação que assegure o contato entre trabalhadores e familiares 	Internet instalada e em funcionamento, disponível a todos os trabalhadores florestais.
Falta de acordo para garantir o descanso remunerado no domicílio de origem	Isolamento dos trabalhadores na UMF por falta de respeito ao descanso remunerado em domicílio de origem	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar descanso remunerado na cidade de origem. Firmar acordo documentado 	Acordo individual firmado e sendo cumprido entre a empresa e os trabalhadores, determinando o tempo de permanência na UMF e o tempo de descanso em domicílio.
Falta de estratégia de comunicação e divulgação do manejo florestal	Desconhecimento e visão negativa das atividades de manejo florestal	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Realização e visitas técnicas e reuniões anuais com comunidades e localidades e demais partes interessadas para a apresentação do PMFS; • promover visitas a UMF para conhecimento das práticas de manejo. • Divulgar Resumo Público do PMF 	PMFS divulgado e Resumo Público distribuído.; Comunidades e localidades e partes interessadas conhecem o EMF e suas práticas de manejo florestal.
	Desconhecimento dos canais de comunicação com a empresa	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e divulgação dos canais de Comunicação. 	Canais de comunicação divulgado, conhecido e em uso pelas comunidades, localidades e partes interessadas.

Quadro 06. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Transporte de madeira	Geração de poeira	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Orientação e monitoramento dos motoristas para cumprimento das medidas de controle de velocidade e sinalizações de advertência. 	Distribuição de Informativo aos motoristas de transporte de madeira da empresa.
	Risco de acidente de trânsito	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Orientação e monitoramento dos motoristas para cumprimento de controle de velocidade e sinalizações de advertência; 	

Quadro 07. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos socioeconômicos

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Construção de Infraestrutura	Erosão do solo	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de POP- UALJ-POP-FLO - 002 - Procedimento de Planejamento, Abertura e manutenção de estradas florestais; Monitoramento de Infraestrutura florestais 	-
	Compactação do solo	Adverso		-
	Contaminação de solo e recursos hídricos por derramamentos de combustíveis/óleos no solo pelo manuseio inadequado de combustível e lubrificantes	Adverso		Não foram encontradas divergências relacionadas ao desempenho ambiental nas áreas monitoradas, resultando em 100% de Acertos
	Obstrução de igarapé e córregos	Adverso		Relatório de monitoramento da qualidade de produção da colheita florestal na UPA 02 - AP – ANO 2022;
	Danos as remanescentes e espécie protegidas por lei	Adverso		
Derruba de árvores	Danos as áreas de preservação permanentes (APP's)	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de POP UALJ - POP-FLO - 004 - Derruba direcionada de madeira nativa; Monitoramento de derruba direcionada (UALJ -POP-FLO- 004.01); Mapeamento das APPs e plotagem em mapa de colheita 	Relatório de monitoramento da qualidade de produção da colheita florestal na UPA 02 - AP – ANO 2022;
	Danos as remanescentes e espécie protegidas por lei;	Adverso		

Quadro 08. Resultados da avaliação e monitoramento dos Impactos ambientais.

Natureza	Impacto	Efeito	Medidas preventivas/mitigação	Resultado do Monitoramento
Derruba de árvores	Impactos causados a fauna e flora	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de POP UALJ - POP-FLO -004 - Derruba direcionada de madeira nativa; Monitoramento de derruba direcionada (UALJ -POP-FLO- 004.01); Monitoramento de fauna. 	Relatório de Monitoramento da fauna e flora(AMBIENS, Julho 2021);
	Impactos no solo decorrente de derramamento de combustível e lubrificante.	Adverso		Relatório de Monitoramento de Biodiversidade- Fauna (IFAP,2022)
				Relatorio de monitoramento da qualidade de produção da colheita florestal na UPA 02 -AP – ANO 2022
Arraste de árvores	Danos no solo decorrente do arraste;	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Implementação do POP UALJ - POP-FLO -006 - Instalação de Pátios e arraste de madeira nativa; Monitoramento do arraste de toras (UALJ -POP-FLO - 06.01); 	Relatorio de monitoramento da qualidade de produção da colheita florestal na UPA 02 -AP – ANO 2022
	Danos as remanescentes e espécie protegidas por lei;	Adverso		<ul style="list-style-type: none"> Inspeção e manutenção periódica dos maquinários
	Impactos no solo decorrente de derramamento de combustível e lubrificante.	Adverso		
Transporte de madeira	Atropelamento de fauna	Adverso	<ul style="list-style-type: none"> Colocação de placas de redução de velocidade e informativas; Palestras de orientação aos motoristas de transporte de madeira e colaboradores. 	Relatório de Monitoramento de Biodiversidade- Fauna (IFAP,2022)



13. PROJETO REDD+

A UMF é parte integrante do Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+). O Projeto Jari/Amapá é uma parceria entre a Biofílica Investimentos Ambientais S.A. e o Grupo Orsa (Fundação Jari) que visa o desenvolvimento de um modelo de negócios pautado em conceitos de sustentabilidade ambiental, e com uma proposta de exploração econômica que valorize a “floresta em pé” e contribua com a conservação da região.



Atendendo aos critérios de “Benefícios Excepcionais a Biodiversidade”: a zona do Projeto REDD+ Jari/Amapá tem um importante papel na conservação da biodiversidade, assim como é parte integrante da zona de endemismo Escudo das Guianas, atendendo ao critério de vulnerabilidade descrito pelo CCBS (*Climate, Community and Biodiversity Standard*). A área do Projeto tem ocorrência global de espécies ameaçadas de acordo com a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, incluindo 3 espécies da flora consideradas “ criticamente ameaçadas”, 8 espécies da flora consideradas “Em perigo”, e 2 espécies da fauna “Em perigo”. Para monitorar os Benefícios Excepcionais a Biodiversidade três espécies disparadoras: *Voucupa Americana* Aubl. (CR), *Bertholletia excelsa* Bonpl. (VU) e *Aratinga solstitialis* (EN).

O Projeto Jari/Amapá é composto por uma série de ações que envolvem a implantação de infraestruturas para apoiar a realização de atividades na área, ações de proteção e fiscalização da área, pesquisa científica e monitoramento, extração de produtos florestais sustentáveis e a própria atividade de manejo florestal. Considerando isso, para que essas atividades sejam desenvolvidas de forma adequada e causando o mínimo impacto negativo possível sobre a biodiversidade e comunidades, e





AGREGUE

RESUMO PÚBLICO
Plano de Manejo Florestal

ainda, seja realmente capaz de gerar todos os benefícios esperados, foi implantado um programa de monitoramento na área do Projeto que deverá ter como objetivo o monitoramento da sua integridade e qualidade ambiental e dos impactos relacionados às atividades do projeto.

FALE CONOSCO

Área de Qualidade e Meio Ambiente

Contato via celular e WhatsApp:

(91) 99333-8400

faleconosco@grupoagregue.com.br

<https://agregue.com.br/>



AGREGUE

